

**Relatório Circunstanciado de
Falência
Art. 63, XIX, Decreto 7.661/45**

Auto Posto Portal Araucária LTDA

novembro de 2019

Processo: 0000241-54.1995.8.16.0025

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CARTA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE FALÊNCIA | 3 |
| 1. SÍNTESE PROCESSUAL | 4 |
| 2. DA PUBLICAÇÃO DOS EDITAIS PREVISTOS NO DECRETO LEI 7661/1945 | 6 |
| 3. DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA | 7 |
| 4. DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)..... | 7 |
| 5. DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA | 8 |
| 6. DO ATIVO ARRECADADO E/OU PASSÍVEL DE ARRECADAÇÃO | 10 |
| 6.1 DO IMÓVEL ARRECADADO: MATRÍCULA SOB O Nº 60.901, REGISTRADO NO 11º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO..... | 11 |
| 7. DA REALIZAÇÃO DO ATIVO ARRECADADO..... | 12 |
| 8. DO VALOR DO PASSIVO (ARTIGO 102 DO DECRETO-LEI 7661/1945 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES)..... | 13 |
| 9. DAS AÇÕES EM ANDAMENTO..... | 14 |
| 10. DA ANÁLISE DOS REQUISITOS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA | 14 |
| 11. DA RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL DOS SÓCIOS..... | 17 |
| 12. DO ENCERRAMENTO PRETÉRITO/PREMATURO DA FALÊNCIA | 17 |
| 13. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 18 |

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE FALÊNCIA

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

Processo: 0000241-54.1995.8.16.0025

Falida: Auto Posto Portal Araucária LTDA

Requerente: Caome Distribuidora de Combustíveis LTDA

Administradora Judicial: M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório Circunstanciado, versando sobre as causas e circunstâncias que conduziram à situação de falência, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, em consonância ao art. 63, XIX, do Decreto 7.661/45. O presente relatório reúne e sintetiza as informações até o presente momento (novembro de 2019).

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações financeiras contidas nos Autos, prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda, da análise da movimentação processual. Baseiam-se ainda nas diligências realizadas por esta Administradora Judicial, no sentido de obter maior precisão e segurança quanto as informações contidas neste relatório.



1. SÍNTESE PROCESSUAL

Trata-se de pedido de falência intentado por **CAOME DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA** em face de **AUTO POSTO PORTAL ARAUCARIA LTDA**, cuja ação foi distribuída em 20/11/1995, na qual a requerente alegou ser credora da ora falida no valor de **R\$ 3.010,49 (três mil e dez reais e quarenta e nove centavos)**, representados pela duplicata nº 2586 não paga e protestada.

A requerida foi devidamente citada em **13/12/1996**, via edital (mov. 1.21), para que, querendo, apresentasse defesa ou realizasse depósito elisivo, no entanto, deixou transcorrer o prazo legal *in albis* (mov. 1.25) não elidindo a falência e nem mesmo contestando o presente feito.

Tendo em vista a inércia da Requerida à exordial, em **17/03/1998 foi prolatada sentença (1.28), decretando a falência da mesma.**

1.1 DA SENTENÇA DE DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA (MOV. 1.28) – CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES

Na sentença de decretação da falência, foram determinadas, dentre outras, as seguintes diligências:

a) TERMO LEGAL DA FALÊNCIA: A sentença em comento, fixou o termo legal da falência em tela no 60º dia antecedente ao primeiro protesto, que se deu em **16/11/1995 (mov. 1.3)**, estabelecendo desta feita, o termo legal até a data de 17/09/1995;

b) NOMEAÇÃO DO SÍNDICO DA MASSA FALIDA: A referida decisão nomeou para o cargo de Síndico, a credora, ora Requerente, bem como determinou a expedição de intimação para que a mesma prestasse o devido compromisso no prazo de 24 horas. A Requerente por meio de seu Representante legal, aceitou o múnus bem como assinou o termo de

compromisso (mov. 1.34). Não obstante, cumpre salientar que ocorreram nomeações de outros síndicos para o exercício do múnus, cõsono será elucidado ao tópico 4 – dos atos da administração da massa falida;

c) HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS: A decisão de quebra, concedeu o prazo de 20 (vinte) dias para que os credores apresentassem suas habilitações de crédito. O prazo em questão decorreu sem habilitação de quaisquer credores. Conquanto, após um lapso temporal razoável, a credora Petrobrás S.A se habilitou nos autos ao mov. 1.51, sendo o único credor da massa falida, além do próprio requerente, que se manifestou até o presente momento;

d) LACRAÇÃO DO ESTABELECIMENTO PELO OFICIAL DE JUSTIÇA: O oficial de justiça se dirigiu a sede da falida para promover a lacração do estabelecimento, entretanto deixou de fazê-la após cognição de que havia outra pessoa jurídica atuando no local, conforme certidão acostada ao mov. 1.32;

e) ARRECADAÇÃO DE TODOS OS BENS DA FALIDA: Conforme mencionado ao item “D” do presente relatório, na ocasião em que o oficial de justiça se dirigiu ao estabelecimento do falido, havia outra empresa atuando no local, razão pela qual não fora realizada a arrecadação de bens da falida inicialmente. Posteriormente, o síndico Sr. David Antonio Baduy promoveu a arrecadação de 50% do imóvel com a matrícula nº60.901 do 11º Registro de Imóveis de São Paulo, após ciência de que esse imóvel pertencia ao Sr. Adir Luis Romano sócio da falida, consoante petitório e auto de arrecadação juntados ao mov. 1.121, sendo assim, deferida tal arrecadação pelo juízo conforme despacho de mov. 1.122;

f) INTIMAÇÃO DO FALIDO PARA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÕES E POSTERIORMENTE LEVAR A TERMO: A decisão em tela determinou a intimação do falido para que apresentasse as declarações que tratam o art. 34 do Decreto-Lei 7.661/45, contudo até o presente momento não se verificou nenhuma manifestação da empresa falida ou de seus representantes legais nos autos, exceto um suposto equivoco cometido pela pessoa jurídica Bandeiras Rotasul LTDA em manifestação acostada ao mov. 1.40, onde se manifestou como se fosse o próprio falido, porém esclareceu todo o imbróglio em novo petitório acostado ao mov. 1.46;

g) PROVIDÊNCIAS PELA ESCRIVANIA: A referida decisão determinou ainda que o cartório tomasse as providências que tratam os art. 15 e 16 do Decreto-Lei 7.661/45. O edital que trata o art. 16 do DL 7.661/45, foi devidamente expedido ao mov. 1.29 e publicado em jornal local ao mov. 1.35. Idem foram expedidos os ofícios nos termos inciso II do art. 15 do DL 7.661/45 ao mov. 1.30. A diligência de afixar o resumo da sentença na porta do estabelecimento comercial da falida ex vi do inciso I do art. 15 do DL 7.661/45, restou infrutífera, conforme certidão de mov. 1.32.

Compulsando os autos, verificou-se ainda algumas movimentações relevantes que merecem apontamento.

Nessa vereda, cumpre ressaltar que ante as malogradas tentativas de obtenção do paradeiro dos representantes legais da falida, a fim de que estes realizem as providências que se faziam necessárias no processo, o que resultou em sua inevitável citação editalícia.

Essa é a breve síntese do necessário.

2. DA PUBLICAÇÃO DOS EDITAIS PREVISTOS NO DECRETO LEI 7661/1945

Extraí-se dos autos que até o presente momento, foram publicados alguns editais referentes a presente demanda. Neste interim, ao mov. 1.21, fora publicado o primeiro edital, que teve a finalidade de promover a citação editalícia da falida, na forma do **art. 11, §1 do Decreto-Lei 7.661/45 (mov. 1.21)**, uma vez que restaram infrutíferas as tentativas por intermédio do Sr. Meirinho.

Ato contínuo, após o prazo do edital retro decorrer **in albis**, foi decretada a quebra e publicado o edital contendo a sentença declaratória da falência, ex vi do **art. 16, do Decreto-Lei 7.661/45 (mov. 1.29)**. Da mesma forma, fora

publicado o edital que trata o **art. 75 do mesmo códex ao mov. 1.98**, com a finalidade de promover a intimação de credores ou interessados acerca da extinção da falência ante a ausência de bens a serem arrecadados.

3. DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA

Após a análise do feito falimentar, verifica-se que a Falida nunca se manifestou nos autos, bem como, se omitiu quanto explanação das causas à levaram ao estado falimentar e a apresentação de seus livros contábeis.

Desta feita, o que se pode extrair de todo o exposto nos autos de falência, é que a empresa não possuía condições financeiras para arcar com seus compromissos assumidos, não pagando, sem relevante razão de direito, no vencimento, obrigação líquida materializada em título executivo protestado.

4. DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)

ANTES da sentença de falência, ante as malogradas tentativas de obtenção do paradeiro dos representantes legais da Falida, foi realizada a citação por edital dos mesmos. Ato subsequente, o prazo para apresentação da contestação pela Falida decorreu *in albis* conforme mov. 1.26, tendo dessa forma, sua quebra decretada no dia 17/03/1998 conforme sentença de mov. 1.28.

APÓS a sentença de falência, a empresa falida jamais se manifestou nos Autos, mesmo tendo sido sua representante legal intimada para realização de diversos atos, deixando todos seus prazos transcorrerem sem cumprimento ou

manifestação. Assim, verifica-se a completa inércia da Falida em todo o processo falimentar. Neste interim, insta salientar que não foram encontrados documentos e livros contábeis da empresa Falida, visto que os sócios jamais os trouxeram à Juízo.

5. DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA

Na decisão que decretou a falência do devedor fora nomeado como síndico da massa falida, o representante legal da Requerente, Caome Distribuidora de Combustível LTDA, ocasião em que o termo de compromisso foi assinado e juntado aos autos no mov. 13.4. Após a assinatura do referido termo, o Síndico juntou nos autos a informação da publicação do edital que trata o art. 16 do Dec. 7661/45 (mov. 1.35) e, posteriormente, ao mov. 1.36 renunciou ao encargo ante a alegação de que a empresa Requerente estava encerrando suas atividades comerciais, bem como, alegou que não possuía contas a prestar.

Ato contínuo, ao mov. 1.36 ocorreu a juntada do termo de compromisso da nova Síndica, Sra. Liliane Bertolino Ramos, que por sua vez, apresentou o relatório previsto no art. 75 §2º do Dec. 7661/45 (mov. 1.87), no qual indicou os atos que foram realizados durante sua administração, bem como, noticiou que os sócios da falida se encontravam em local incerto, requerendo por fim, o encerramento do feito com base no art. 75 do códex supramencionado.

Conforme requerido pela Ilma. Síndica, foi publicado o edital do art. 75 da Lei em questão, e ato posteriori a Credora Petrobrás se manifestou nos autos requerendo a arrecadação do imóvel matriculado sob o nº60.901 do qual possui alienação fiduciária. Desta feita, a Síndica requereu a expedição de carta precatória para avaliação e venda do bem no mov. 1.105.

Posteriormente, no mov. 1.109 a Síndica renunciou ao *múnus* e informou que não possuía contas a prestar. Destarte, ante o exposto, foi juntado termo de compromisso do novo Síndico, Sr. David Antonio Baduy no mov. 1.119. Em sua primeira

manifestação nos autos (mov. 1.121) o novo Síndico juntou nos autos o **AUTO DE ARRECAÇÃO** de 50% (cinquenta por cento) do imóvel matriculado sob o nº60.901, livro 2, do 11º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP, de propriedade do sócio da massa falida, Sr. Adir Luis Sandin Romano, bem como, requereu a expedição de carta precatória a fim de promover a avaliação do bem, esclarecendo ainda, que os sócios da massa falida também são proprietários do Auto Posto Três Fazendas, na cidade de Curitiba/PR.

Para tanto, não houve o pagamento das custas referentes a expedição da carta precatória, razão pela qual o Síndico ponderou que tal o pagamento não foi realizado em razão da massa falida não ter sido devidamente intimada, arrazoando ainda que a falida não possuía qualquer capital para o adimplemento das referidas custas, e que ainda, o fato do imóvel pertencer ao sócio da falida e não haver nos autos qualquer indício de fraude ocasionaria muitos questionamentos relacionados a referida arrecadação. Por fim, requereu a extinção do feito falimentar com base no art. 75 do Dec. 7661/45 (mov. 1.154).

Após manifestação do representante do *parquet* e do credor Petrobrás Distribuidora S.A, o Síndico se manifestou novamente no mov. 27.1, dissentindo das manifestações supramencionadas e reiterando o pedido de extinção do feito falimentar requerido ao mov. 1.154.

Destarte, após diversas suspensões nos autos por requerimento do credor Petrobrás Distribuidora S.A, a Douta Magistrada proferiu decisão no mov. 1.187, ocasião em que, realizou a substituição do Síndico Sr. David Antonio Baduy e nomeou ao cargo de síndico este signatário, que prontamente aceitou o *múnus* conforme manifestação de **mov. 209.1** e juntada do termo de compromisso ao **mov. 210**. Ato contínuo, em atendimento a celeridade que se faz necessária aos autos, esta Administradora Judicial efetuou diligências iniciais que se fizeram necessárias e, ex vi do art. 63, XIX do Decreto-Lei 7.661/45, apresenta o presente relatório circunstanciado.

6. DO ATIVO ARRECADADO E/OU PASSÍVEL DE ARRECADAÇÃO

Quanto ao **ATIVO**, preliminarmente, faz-se necessário salientar que após a decretação da quebra, a arrecadação de bens **restou prejudicada** ante ao contido na certidão de cumprimento de diligência pelo Ilmo. Oficial de Justiça ao mov. 1.32, em que continha a informação de que havia outra empresa atuando onde fora a sede da falida, não sendo arrecadado nenhum bem até aquele momento.

Ato contínuo, com o prosseguimento do feito, o síndico antecessor, Sr. David Antonio Baduy, na data de 02/06/2011, trouxe aos autos a informação de que o sócio da Falida, Sr. Adir Luis Sandin Romano, detinha 50% (cinquenta por cento) dos direitos reais sobre o imóvel matriculado sob o nº 60.901, registrado no 11º cartório de registro de imóveis de São Paulo, e que em razão da existência de dívidas trabalhistas e fiscais nos autos, tal bem deveria ser **arrecadado em favor da massa falida, conforme petição de mov. 1.121**, juntando ainda na mesma oportunidade, o respectivo **AUTO DE ARRECADAÇÃO** ao mov. 1.121, requerendo a expedição de carta precatória ao Juízo da comarca onde está localizado o imóvel, para que fosse promovida sua arrecadação, averbação na matrícula junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, avaliação e posterior alienação do bem em hasta pública.

Nada obstante, após o deferimento das pretensões do síndico pelo Juízo ao mov. 1.122, foi promovida a expedição da carta precatória em questão (mov. 1.124), restando por sua vez, infrutífera consoante ofício acostado ao mov. 1.135, sendo expedida novamente ao mov. 1.139, restando novamente inexitosa devido a incompetência do setor unificado de Cartas Precatórias Cíveis para realização do ato, nos termos do ofício de mov. 1.141.

Ato contínuo, o síndico solicitou nova expedição de carta precatória apenas para avaliação do imóvel arrecadado, sendo deferido pelo Magistrado ao mov. 1.144, contudo, novamente malogrado, uma vez que, foi solicitado pelo Juízo Deprecado o depósito do montante de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) em caráter de honorários provisórios em favor

do perito, retornando os autos precatórios para o Juízo Deprecante sem o cumprimento da diligência, uma vez que não houve o depósito retro.

Nesta esteira, após manifestação da credora Petrobrás S.A ao mov. 22.1, informando que iria arcar com as custas para avaliação do imóvel, foi expedida novamente carta precatória ao mov. 80.1, sendo retificada ao mov. 108.1, contudo, a mesma não chegou a ser protocolada pela credora Petrobrás S.A. que se limitou a requerer a suspensão do feito em diversas ocasiões, concorde se extraí dos petítórios acostados ao movs. 112.1, 137.1, 161.1.

6.1 DO IMÓVEL ARRECADADO: MATRÍCULA SOB O Nº 60.901, REGISTRADO NO 11º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO.

Considerando-se que o imóvel em questão foi arrecadado na falência, porém não foi realizado ativo, faz-se necessário tecer esclarecimentos a este Juízo quanto a real situação do mesmo. *A priori*, cumpre-se ressaltar que o imóvel pertence ao Sr. Adir Luis Sandin Romano e a Sra. Ana Silva Sandin Romano, no importe de 50% para cada proprietário.

Nesta esteira, imperioso destacar que após diversas pesquisas realizadas por esta Administradora Judicial em sites de buscas, conclui-se que o grau de parentesco entre os proprietários do imóvel, ao que tudo indica, é colateral, em outras palavras, os mesmos aparentemente são irmãos, em disparidade com as informações trazidas aos autos pela credora Petrobrás S.A, em seu petítório de mov. 1.101, isto porque, conforme é possível vislumbrar ocorre a similaridade no sobrenome dos mesmos, Adir Luis Sandin Romano e Ana Silva Sandin Romano, ademais a Sra. Odulha Sandin Romano figura como genitora de ambos os indivíduos, prejudicando desta feita, por manifesto, qualquer possibilidade de arrecadação da integralidade do bem.

Ademais, salienta-se que o imóvel em questão, é objeto de ação de **usucapião autuada sob o nº 0250935-76.2008.8.26.0100, em trâmite na 1ª Vara de Registros Públicos, da Comarca de São Paulo – SP**, entretanto em razão dos



autos serem físicos, restou impossibilitada a apreciação a respeito do quinhão que o autor do processo pretende usucapir, outrossim, não se sabe se a demanda versa sobre a propriedade integral ou parcial do bem.

7. DA REALIZAÇÃO DO ATIVO ARRECADADO

Aprioristicamente até o presente momento não houve a realização do ativo nos autos, dado sua impossibilidade, ocorrendo apenas, conforme supramencionado, a arrecadação no importe de 50% do imóvel matriculado sob o nº 60.901, registrado no 11º cartório de registro de imóveis de São Paulo.

Todavia, cumpre mencionar que a justificativa do anterior síndico, Sr. David Antonio Baduy na manifestação de mov. 1.121 para arrecadação do imóvel em comento, consistiu em que ainda que o mesmo pertença a pessoa física do sócio e não a massa falida, a arrecadação deveria se concretizar ante a existência de dívidas trabalhistas e fiscais nos autos. Entretanto, vislumbra-se nos autos, que **não foram habilitados quaisquer créditos trabalhistas, ou fiscais**. Ademais, conforme tópico 9 em diligência realizada por esta Administradora Judicial verifica-se a **inexistência de processos contra a massa falida**.

Outrossim, em que pese tenha ocorrido a arrecadação do supradito imóvel nos autos, para que este componha o ativo da falência, faz-se necessária a declaração da desconsideração da personalidade jurídica, contudo, conforme será devidamente delienado no tópico 10, esta Administradora Judicial entende não haver indícios de fraude suficientes para abertura de incidente processual, restando dessa forma, prejudicada a arrecadação e realização do ativo.

8. DO VALOR DO PASSIVO (ARTIGO 102 DO DECRETO-LEI 7661/1945 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES)

Quanto ao **PASSIVO** da falida, *a priori* faz-se necessário salientar que até o presente momento não foi colacionado nos autos nenhuma relação de credores, a fim de que se estabeleça um parâmetro da real situação da massa falida no que diz respeito as suas dívidas, sendo certo que até o presente momento só existem dois credores habilitados nos autos, tratando-se do próprio requerente da quebra e da empresa Petrobrás Distribuidora S.A. razão pela qual, esta Administradora Judicial providenciou relação de credores, ainda que em caráter provisório, haja vista tratar-se de *conditio sine qua non* em procedimentos envolvendo o concurso de credores.

Outrossim, em razão da eminente necessidade de contabilizar o passivo, separar em classes e padronização da relação de credores em consonância com o art. 102, DL 7.661/45, segue infra:

| CREDOR | CLASSIFICAÇÃO | VALOR INFORMADO |
|--|---------------|-----------------------|
| Petrobrás Distribuidora S.A | Garantia Real | R\$ 102.883,96 |
| Caome Distribuidora de Combustíveis LTDA | Quirografário | R\$ 3.075,48 |
| TOTAL | | R\$ 105.959,44 |

A priori, cumpre ressaltar que *ad cautelam*, em razão dos valores mencionados serem obtidos por intermédio de documentos acostados pelos próprios credores nos autos, não foram contabilizados juros e atualizações monetárias, em atendimento a redação do artigo 26 do DL 7.661 /45.

9. DAS AÇÕES EM ANDAMENTO

Com base nas informações constantes nestes autos, bem como nas consultas realizadas no sistema Projudi e Justiça Federal da 4ª Região por esta Administradora Judicial, não foram encontrados processos em que a Falida consta no polo passivo ou ativo. Entretanto, tendo em vista a possível existência de processos físicos que não foram noticiados nos autos, considere-se que podem existir processos desconhecidas por este juízo.

10. DA ANÁLISE DOS REQUISITOS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

No que diz respeito à aplicação da chamada *disregard doctrine*, o art. 50 do Código Civil dispõe que, a personalidade jurídica será desconsiderada sempre que ocorrer o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial, conforme excerto infra:

Art. 50. Em caso de **abuso da personalidade jurídica**, caracterizado pelo **desvio de finalidade**, ou pela **confusão patrimonial**, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica. (Grifos acrescidos)

A desconsideração da pessoa jurídica consiste na possibilidade de se ignorar a personalidade jurídica sempre que os sócios/administradores se utilizem dessa para fins fraudulentos ou diversos daqueles para os quais foi constituída. Conforme disciplina Fábio Ulhoa Coelho, *in verbis*:

[...] em suma, a aplicação da teoria da desconsideração não importa a dissolução ou anulação da sociedade. Apenas no caso específico, em que a autonomia patrimonial foi fraudulentamente utilizada, ela não é levada em conta, é desconsiderada o que significa a suspensão episódica da eficácia do ato de constituição da sociedade e não o desfazimento ou a invalidação desse ato¹.

In casu, os sócios/representantes legais da massa falida desampararam a empresa, sem deixar ativos suficientes para saldar as dívidas perante seus credores, utilizando-se, ao que tudo indica, da expertise maléfica da personalidade jurídica que possuíam até então, para que seus credores arcassem com todo o passivo.

Outrossim, além de não honrar com os pagamentos previamente acordados para com os credores, a conduta dos sócios da falida no decorrer do presente processo falimentar, deixa clarividente seu descaso para com os princípios da boa-fé inerentes as relações comerciais, haja vista que os mesmos nunca se manifestaram nos autos, tampouco prestaram esclarecimentos a este Juízo Universal, na forma do art. 34 do DL. 7.661/45.

Em tempo, pôde-se constatar, ante as certidões anexas diligenciadas por esta Administradora Judicial, que o sócio Sr. Adir Luis Sandin Romano foi proprietário de no mínimo **4 pessoas jurídicas com CNPJ'S distintos**, com **objeto social idêntico** em **menos de um ano e meio**, conforme é possível auferir na tabela abaixo:

¹ COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. De acordo com o novo Código Civil e alterações da LSA. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002, pg. 42.

| Pessoas Jurídicas | Auto Posto Três Fazendas LTDA | Auto Posto Portal Araucária LTDA | Elza Trovo Teixeira – EPP | Via Petro Combustíveis LTDA |
|---|--|--|------------------------------|--------------------------------|
| CNPJ | 79.054.706/0001-96 | 73.789.463/0001-58 | 81.060.337/0001-96 | 72.540.008/0001-51 |
| Data de entrada na sociedade | 14/03/1995 | 24/05/1995 | 26/02/1996 | 26/02/1996 |
| Data na saída sociedade | não ocorreu alteração contratual de saída | não ocorreu alteração contratual de saída | 22/04/1996 | 22/04/1996 |

Conforme é possível observar, em duas das pessoas jurídicas, quais sejam, Elza Trovo Teixeira – EPP e Via Petro Combustíveis LTDA, o Sr. Adir Luis Sandin Romano ingressou igualmente na sociedade na mesma data e promoveu sua retirada também em data idêntica, permanecendo como sócio das pessoas jurídicas por apenas **dois meses**, o que poderia causar grande estranheza.

Destarte, ante a lacuna cognitiva causada pela ausência de informações robustas e determinantes, resta impossibilitada a avaliação precisa da prática de atos fraudulentos, tais como a possível dilapidação de patrimônio anteriormente a falência, ou ainda, o encerramento irregular da atividade, não havendo sequer o conhecimento dos motivos que levaram a quebra.

Em razão do exposto, esta Administradora Judicial entende que não restam devidamente caracterizados indícios suficientes que possibilitem a abertura de incidente processual de desconsideração da personalidade jurídica dos sócios da massa falida.



11. DA RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL DOS SÓCIOS

O doutrinador Paulo F. C. Salles de Toledo afirma em sua obra “Comentários à Falência” que o relatório circunstanciado de falência é considerado “uma das incumbências mais importantes do administrador judicial”, além disso, consigna que: “Devem ser fornecidas informações detalhadas acerca da conduta do falido, antes e depois da sentença, **e de outros eventuais responsáveis por atos tipificados como crimes falimentares, ou delitos conexos a estes.** A exposição do administrador servirá de base para o oferecimento de denúncia do órgão do Ministério Público. Cabe ressaltar que **o relatório em foco deve apontar fatos conducentes não só à responsabilidade penal, mas também à responsabilidade civil do devedor**². ”

Nesse sentido, no que se refere a **responsabilidade civil e penal** dos sócios da falida, conforme exposto no tópico 10.1 do presente relatório não existem indícios suficientes, até o presente momento, que ensejem a responsabilidade civil ou penal.

12. DO ENCERRAMENTO PRETÉRITO/PREMATURO DA FALÊNCIA

Cumpre-se salientar ainda sobre os autos, que o agente ministerial, ao mov. 1.80, solicitou a intimação da síndica à época para que fosse oferecido esclarecimentos sobre eventual caso de **falência frustrada, na forma o artigo 75 do DL 7.661/45**, sendo que em seu petítório de mov. 1.87 a mesma entendeu pelo encerramento da falência nos termos da legislação retro. Nada obstante, o *parquet* apresentou parecer ao mov. 1.96, requerendo a publicação do edital que trata o art. 75 do DI

² Comentários à Lei de Falências e de recuperação de empresas, 10ª Ed., Saraiva, 2014, p. 206.

7.661/45, sendo que consoante mencionado no tópico 3 “da publicação de editais”, no dia **27/12/2006** foi publicado ao mov. 1.98 o referido edital (veiculado em 26/12/2006), com prazo de **10 (dez) dias** para terceiros e interessados se manifestarem.

Em seguida, **foi juntada certidão ao mov. 1.100 informando que o prazo em questão transcorreu sem quaisquer manifestações.** Desta feita, com base na legislação aplicável o feito falimentar deveria ter sido extinto com escopo na tese de falência frustrada, na forma do artigo 75 do DL 7.661/45, entretanto, o credor Petrobrás S.A, se manifestou nos autos ao mov. 1.101 em **11/05/2007, aproximadamente cinco meses após a publicação do edital**, pugnando por sua habilitação nos autos, bem como indicando um **bem imóvel a ser arrecadado no juízo universal.**

Ante o exposto, esta Administradora Judicial *ad cautelam*, após análise minuciosa das questões postas, entende que a manifestação de mov. 1.101 do credor Petrobrás se deu de forma totalmente **intempestiva**, vez que, não foi respeitado o prazo de 10 (dez) dias exposto no edital publicado. Ocasão em que, à época na falência deveria ter sido exarada decisão de encerramento da falência, com fulcro no §3º do art. 75 do DL 7.661/45.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste interim, com base em todo o exposto no presente relatório circunstanciado, esta Administradora Judicial entende que a falência em comento deve ser **extinta, em consonância com o art. 75 do Dec. Lei 7661/45**, isto porque, conforme noticiado no tópico supra, o processo falimentar já deveria ter sido extinto quando requerido pelo representante do *Parquet* e pela ex síndica, e sem a apresentação de objeção por parte de nenhum credor ou terceiro interessado no prazo estabelecido pelo edital.

Ainda, em que pese o credor Petrobrás na manifestação de mov. 22.1 tenha concordado em arcar com os custos necessários para possível arrecadação do imóvel indicado, conforme é possível compulsar nos autos, o mesmo foi intimado em **11/10/2017 (mov. 110)** para realizar o pagamento das custas para expedição da carta precatória, contudo até o

presente momento – mais de dois anos – não realizou o pagamento e protocolo da carta, se limitando em realizar requerimentos de suspensões dos autos.

Cumpre-se salientar ainda, que após todas as diligências realizadas pelo Juízo, o único ativo arrecadado nos autos é o imóvel matriculado sob o nº 60.901, registrado no 11º cartório de registro de imóveis de São Paulo. Todavia, conforme demonstrado no tópico 7 do presente relatório, o imóvel em comento não é de propriedade da massa falida, e sim, de seu sócio Sr. Adir Luis Sandin Romano, dessa forma, para sua arrecadação faz-se necessária a desconsideração da personalidade jurídica do sócio, contudo, em consonância ao elucidado no tópico 10.1, esta Administradora Judicial entende não haver indícios suficientes para abertura do referido incidente processual de desconsideração.

Desta feita, tendo em vista a impossibilidade de expropriação do imóvel arrecadado pelo anterior síndico em favor da massa falida, bem como, a inexistência de outros bens passíveis de arrecadação nos autos, no entendimento desta Administradora Judicial a medida judicial cabível é a **extinção do feito falimentar, em consonância com o art. 75 do Dec. Lei 7661/45, por tratar-se de falência frustrada.**

Salienta-se, contudo, que conforme previsão do art. 134 do *códex supramencionado*, **a extinção dos autos de falência não exime o falido das suas obrigações** que, recomeçam a correr no dia em que transitar em julgado a sentença de encerramento da falência, dessa forma, caso entendam cabível, os dois credores habilitados nos autos poderão continuar realizando a cobrança de seus créditos de forma individual.

Curitiba/PR, 20 de novembro de 2019.

M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRADORA JUDICIAL
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Representante: **MARCIO ROBERTO MARQUES**
OAB/PR nº 65.066